

Autogestão e cultura política: o impacto da reforma agrária no Alentejo vinte anos depois

INTRODUÇÃO

Os dados que se apresentam neste artigo foram recolhidos em 1994. Neste ano Portugal celebrou o 20.º aniversário do golpe militar que pôs fim à mais longa ditadura europeia deste século, dando, assim, início ao que Huntington (1991) designou por «terceira vaga» de democratização do mundo moderno. Tirando partido da convulsão do sistema político nacional, os trabalhadores assalariados do Alentejo efectuaram a maior ocupação de terras privadas bem sucedida na história do proletariado rural da Europa ocidental. Nos finais de 1975 tinham sido ocupados quase 25% da superfície arável de Portugal (mais de 1,2 milhões de hectares), criando a maior rede de unidades colectivas de produção e cooperativas de produção¹ em sistema de autogestão² da Europa ocidental. O resultado foi uma revolu-

* Professor auxiliar de Ciência Política no Centro de Estudos Portugueses e Cultura na Universidade do Massachusetts-Dartmouth. O autor agradece ao USIA Fulbright Dissertation Fellowship Program, à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), à Fundação para a Investigação da Universidade do Connecticut e ao Conselho de Investigação em Ciências Sociais da Universidade de Évora todo o apoio concedido a este projecto. Os agradecimentos são ainda extensivos a António Barreto, Thomas Bruneau, João Carlos Espada, Lawrence S. Graham, Walter Opello e Richard Vengroff, bem como a revisores anónimos, pelos comentários e críticas das anteriores versões deste trabalho. Queria também agradecer a Diogo Ramada Curto pela ajuda na tradução do texto. Eventuais erros factuais ou de interpretação são da exclusiva responsabilidade do autor.

¹ A distinção entre estas duas formas empresariais pode ver-se em Barros (1980, 383-486) e Bermeo (1986, 111-113).

² Ao longo deste artigo, «autogestão» refere-se a uma estrutura empresarial em que a gestão é controlada pelos trabalhadores da mesma. Estas empresas são aquelas em que «os

ção social nos campos do Sul de Portugal. No seu auge, o sector sob autogestão empregava cerca de 44 100 trabalhadores a tempo inteiro e 27 800 (na maioria mulheres) em regime de tempo parcial. Em conjunto, representavam cerca de 43% dos assalariados do sector primário na região (Comissão Organizadora, 1989; INE, 1979).

Neste artigo procurarei mostrar qual o impacto que a experiência autogestionária no Alentejo teve na modificação a longo prazo das atitudes, orientações e valores, bem como dos padrões de participação política de todos os participantes. Por outras palavras, terá a experiência de autogestão mudado a longo prazo a cultura política³ dos que nela se envolveram? Ao comparar a cultura e comportamentos políticos actuais dos trabalhadores das UCP com os daqueles que não tiveram essa experiência, o estudo propõe-se avaliar um vasto conjunto de aspectos teóricos importantes para cientistas políticos e sociólogos. Quais os efeitos de longo prazo da autogestão na cultura política? Até que ponto é que as revoluções sociais alteram a cultura política dos camponeses e operários rurais, especialmente em sociedades tão autoritárias e despolitizadas, como era o caso de Portugal? Ao levantar estas questões, este estudo insere-se no conjunto de investigações segundo as quais o aumento substantivo da participação no processo de tomada de decisão na empresa deverá conduzir a um maior nível de participação política fora da empresa, bem como à criação de sentimentos mais fortes de competência política, e ainda a níveis mais elevados de consciência de classe.

LÓGICA DA SELECÇÃO

O trabalho de investigação baseia-se na análise de uma comunidade específica, concretamente o concelho de Portel, no distrito de Évora. Porquê Portel? A selecção deveu-se, pelo menos, a quatro razões principais. Em primeiro lugar, no momento da revolução Portel correspondia a um caso «extremo» ou «crítico» sob vários pontos de vista (Eckstein, 1975). Além de uma percentagem relativamente elevada de agricultores que não possuíam terra — 91,4% dos elementos activos no sector primário (Bermeo, 1986, 87;

trabalhadores [...] controlam os meios de produção [...] a estrutura, os processos organizacionais e o produto final» (Baumgartner, Burns e Sekulic, 1979, 81; Bayat, 1991, 14; Bermeo, 1986, 103). Bayat (1991, cap. 2) concebeu uma tipologia de definições e conceitos que definem autogestão.

³ O tratamento tradicional do conceito de cultura política encontram-se em Almond e Verba (1963, 13). Posteriormente (1980), os autores apresentaram importantes revisões e críticas da sua primeira abordagem do conceito. Interpretações recentes e mais amplas do conceito encontram-se em Gibbens (1989), Street (1993) e Welch (1993).

INE, 1975) —, Portel registava também, em 1975, uma das taxas mais elevadas de ocupação de terras no Alentejo, comparativamente com outras áreas da Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA). Por exemplo, embora apenas um terço da área total da ZIRA tivesse sido integrada no sector colectivo, 75% da terra cultivada foi colectivizada em Portel (Barros, 1981, 42). Do mesmo modo, enquanto apenas um terço dos assalariados agrícolas da ZIRA trabalhavam no sector colectivo em 1978 (antes de muitas das terras das UCP serem devolvidas aos antigos proprietários), 81% da força de trabalho agrícola de Portel integrou as dez UCP do concelho até 1981 (INE, 1981; Macedo, 1986, 209). Daí que a autogestão estivesse muito mais implantada em Portel do que em muitos outros concelhos do Alentejo.

Em segundo lugar, os habitantes de Portel sempre manifestaram, pelo menos até há bem pouco tempo, uma coerente preferência eleitoral por partidos políticos revolucionários. Desde 1975, uma maioria da população elegível de Portel tem votado consecutivamente no Partido Comunista (PCP) ou na coligação apoiada pelo PCP (CDU)⁴. O PCP foi sempre eleito com maioria absoluta até 1987, no caso das legislativas, e 1993, no caso das autárquicas. Assim, em geral, o apoio aos partidos políticos revolucionários tem sido particularmente forte em Portel. Se se tomasse a política de âmbito local como um indicador, Portel teria fortes probabilidades de ser um local de indivíduos radicalizados e detentores de uma elevada consciência de classe.

Em terceiro lugar, Portel é um local excelente para testar as teorias sobre o exercício da democracia no local de trabalho, uma vez que a sua experiência de reforma agrária se traduziu numa reestruturação assaz radical da vida social, não só pelo desafio feito às relações de produção capitalistas (e à instituição de esquemas igualitários de pagamento), como também pela profunda transformação introduzida a nível da organização do trabalho. Acresce a isto o facto de, como resultado do movimento de ocupação de terras e das mudanças revolucionárias que ele gerou no comportamento político local, terem sido postas à prova relações sociais de tipo patriarcal com séculos de existência. Se é verdade, por um lado, que muitos aspectos da divisão sexual do trabalho nas UCP persistiram, bem como as correspondentes iniquidades em termos salariais (Pires e Zanoni, 1991, 235-253), por outro, muita da antiga mão-de-obra feminina sazonal conquistou segurança de emprego e prestígio nas herdades em autogestão (Barros, 1980, 26; Reis e Nave, 1988). Mulheres sem qualquer experiência anterior de cargos políticos passaram a ser, de um momento para o outro, escolhidas para chefiarem a delegação local do sindicato dos trabalhadores agrícolas e eleitas para o

⁴ Só nas últimas autárquicas de 1997 é que o PS conseguiu, enfim, ganhar a câmara municipal à CDU.

desempenho de funções políticas a nível de freguesia e de concelho. Em 1979, de facto, Portel elegeu aquela que foi a primeira mulher presidente de câmara da região.

Em quarto e último lugar, a escolha recaiu sobre Portel por ter sido objecto de um estudo anterior sobre as consequências sócio-económicas e políticas do movimento de ocupação de terras e a institucionalização da autogestão (Bermeo, 1986). Assim, o presente estudo envolve uma réplica explícita de três das quatro hipóteses de investigação de Nancy Bermeo. Além disso, ao escolhermos o mesmo concelho, dispomos, para termo de comparação, de alguns elementos básicos decisivos sobre as atitudes e o comportamento verificados no rescaldo imediato da revolução. Estes elementos permitir-nos-ão avaliar o grau de transformação dos valores políticos, orientações e comportamento registados entre antigos membros das UCP.

Como decerto se compreenderá, a autogestão em Portugal é algo que já faz parte da história. O que não quer dizer, contudo, que tenha desaparecido da memória colectiva de milhares de portugueses: na sua vigência, os latifúndios do Alentejo foram palco de uma luta milenária por uma sociedade mais justa (Cutileiro, 1971). A ocupação de terras foi fruto quer do ódio que os trabalhadores votavam ao sistema latifundista, quer de um conjunto excepcional de condições a nível do contexto político que favoreceram a acção directa. A importância da autogestão em Portugal adveio-lhe mais dos objectivos que se propôs do que daquilo que de facto conseguiu alcançar. Não se limitou simplesmente a uma forma específica de organização empresarial ou a um novo modo de produção e venda de um produto. Segundo Afonso de Barros (1986), os trabalhadores da ZIRA estavam efectivamente empenhados na criação de uma «nova ordem social», capaz de superar a realidade latifundista que durante séculos haviam suportado.

Este aspecto assume importância tanto maior quanto, entre os que advogam a democracia participativa, como Carole Pateman, há os que defendem que uma autogestão espontânea do local de trabalho só consegue inculcar novos valores nos que nela participam quando resulta de um levantamento revolucionário da sociedade em geral — um conceito imbuído do pensamento de Gramsci⁵. Foi Gramsci quem pela primeira vez defendeu que sem um movimento revolucionário, e um partido revolucionário, os conselhos operários se tornariam «ilhas de socialismo ineficazes, rodeadas, e por fim submersas, de um mar de relações sociais assentes na economia de mercado de tipo capitalista». Em sua opinião, a autogestão só poderia ter efeitos educativos, em termos socialistas e comunitários, quando inserida num contexto revolucionário mais vasto. Daí que Portel represente algo do «cenário

⁵ Kaye (1981) fornece um útil resumo das principais ideias de Gramsci e uma bibliografia anotada, quer das fontes primárias, quer das secundárias, relacionadas com este autor.

de caso ideal», pois põe à prova o argumento segundo o qual a participação em actividades políticas revolucionárias e em organizações geridas pelos trabalhadores conduz a um aumento auto-sustentado de participação e consciência políticas⁶.

Dada a sua localização no coração da agora extinta zona da reforma agrária, e dado o facto de dispormos de alguns elementos de base recolhidos no auge do período revolucionário, Portel perfila-se como o local ideal para testar a validade deste argumento a longo prazo. Se chegarmos à conclusão de que a autogestão não alterou a essência da cultura política daqueles que nela participaram em Portel, então podemos estar relativamente seguros de que o seu impacto foi ainda menor nas comunidades onde a sua expansão e duração foram menores. Em segundo lugar, uma vez que a autogestão em Portugal foi politicamente forçada a adoptar uma posição defensiva em finais dos anos 70, podemos também verificar se os contextos políticos e sociais a nível local têm uma importância tão decisiva na previsão dos efeitos políticos da democracia laboral como a que sugerem as asserções de Gramsci e de outros académicos. Como veremos ao longo da minha discussão dos resultados deste levantamento, a economia política e a demografia do Alentejo sofreram profundas transformações nos últimos vinte e cinco anos. A minha tese é a de que, em simultâneo com as normas culturais pré-revolucionárias herdadas, estas transformações contextuais tiveram um impacto determinante na cultura política e no comportamento actuais daqueles que participaram na reforma agrária.

AS HIPÓTESES DE SOCIEDADE PARTICIPATIVA, DE RADICALIZAÇÃO E DE EFICÁCIA

São três as principais hipóteses desenvolvidas por académicos e defensores da democracia participativa acerca dos efeitos políticos *spillover* da participação dos trabalhadores no processo de tomada de decisões (Cook e Morgan, 1971; Greenberg, Grunberg e Daniel, 1996; Mason, 1982; Pateman, 1970). De acordo com o que tem sido designado como a hipótese de sociedade participativa ou do «simples *spillover* político», a participação em empresas democratizadas conduz a níveis mais elevados de participação política. A participação política é aqui definida como «toda a actividade voluntária dos cidadãos individualmente considerados tendo em vista influenciar, directa ou indirectamente, as escolhas políticas a vários níveis do sistema políti-

⁶ Bermeo (1986) apresentou uma justificação idêntica para o facto de ter escolhido Portel para o seu estudo. Os fundamentos que apresenta são igualmente válidos para justificar a escolha de Portel como local de reincidência do estudo.

co» (Barnes, Kaase *et al.*, 1979, 42). A segunda hipótese é a da radicalização, segundo a qual o activismo político vai assumindo formas mais radicais à medida que as empresas se democratizam. Por radicalismo político, os estudiosos entendem, regra geral, formas de acção política não convencionais (referem-nas, por vezes, como formas de acção política não institucionalizadas). Os exemplos incluem manifestações públicas e marchas de protesto, ocupação de terras, de casas e de fábricas, greves selvagens, bloqueio de estradas, confrontos físicos ou outras formas de acção política directamente protagonizadas por não-elites (Barnes, Kaase *et al.*, 1979, 59). Uma formulação mais ambiciosa desta hipótese é aquela segundo a qual, à medida que as empresas se democratizam, a consciência revolucionária e de classe dos trabalhadores aumenta. Gramsci, por exemplo, defendia que as reuniões e a propaganda contribuíam para «uma transformação radical da psicologia dos trabalhadores» de um modo que «todos [acabariam] por adquirir uma consciência comunista» (Gramsci, tal como é citado por Horvat, 1975, 223 e 226; Panitch, 1978)⁷. Também André Gorz (1964, 60) escreveu que a autogestão «cria possibilidades que apontam para lá do capitalismo e [...] tornam o *status quo* ainda mais intolerável»⁸. Todos estes autores partilharam a convicção de que as transformações no local de trabalho conduziriam «naturalmente» a alterações no comportamento individual dos que nelas participassem e, concretamente, a valores e a comportamentos mais democráticos, igualitários e comunitários. A terceira e última hipótese diz respeito à eficácia política: essa participação em empresas democratizadas conduz a níveis mais elevados de eficácia política, entendendo-se aqui a eficácia política como a confiança dos indivíduos na sua capacidade para influenciarem as decisões governamentais (Finifter, 1970; Schwartz, 1973).

A literatura sobre a participação dos trabalhadores parte do princípio de que o controle que estes exercem nas decisões tomadas no local de trabalho tem efeitos positivos de grande amplitude na sociedade e na democracia — bastante idênticos ao que se considera ser o impacto na sociedade civil da participação dos cidadãos em associações cívicas (Grady, 1990, 146-147; Mill, 1963, liv. 4, cap. 7, sec. 6, p. 792; Pateman 1970).⁹

No tipo ideal de comunidade cívica, a cidadania implica, em teoria, direitos e deveres iguais para todos, bem como uma comunidade mais ligada

⁷ Também citado por Bermeo (1986, 145) e Greenberg (1986, 20-21). A descrição do modo como estas hipóteses se reflectiram no nosso questionário é discutida nas partes reservadas aos dados e métodos.

⁸ Tal como é citado em Bermeo (1986, 145).

⁹ Para uma discussão das virtudes da pertença a associações secundárias e até que ponto isso efectiva uma participação política democrática, v. Brady, Verba e Schlozman (1995), Putnam (1993) e Tocqueville (1990).

entre si por relações horizontais de reciprocidade e de cooperação, e não dominada por relações verticais de autoridade e de dependência (clientelismo) (Tocqueville, 1990). Do mesmo modo, a empresa autogerida implica o nivelamento da estrutura organizativa, incentivando a participação activa dos trabalhadores nas tomadas de decisão. Cada uma é considerada uma espécie de «escola», onde os trabalhadores aprendem a empenhar-se civicamente e a ter uma participação política mais vasta (Bermeo, 1986, caps. 5 e 6; Mason, 1982, caps. 2 e 7; Mill, 1963, 765 e 790; Vanek, 1975). Assim, para os partidários da democracia participativa, a participação nos processos de decisão a nível do local de trabalho é tão essencial na construção de uma verdadeira comunidade democrática como o é a pertença às associações cívicas.

São numerosos os estudos que sustentam a hipótese da sociedade cívica (isto é, sugerem que a filiação em associações cívicas conduz a uma maior participação política e a sentimentos de eficácia política). Levantamentos de âmbito nacional permitiram concluir que os membros de associações secundárias (políticas e não políticas) dão mostras de maior sofisticação política e confiança social, apresentando taxas mais elevadas de participação política e uma maior «competência cívica subjectiva» do que os não-membros (Almond e Verba, 1963; Stolle e Rochon, 1996). Os levantamentos longitudinais, como os que se encontram em Putnam *et al.* (1993, 109), levaram a concluir ser mais provável que os cidadãos das regiões de Itália caracterizadas por níveis mais baixos de filiação em associações secundárias se sentissem «explorados, alienados e sem qualquer poder» relativamente aos habitantes de regiões caracterizadas por uma cultura cívica. Estes sentimentos de exploração e de impotência eram agravados por um baixo nível de instrução, mas, mesmo tendo em conta a instrução, as diferenças de «maturidade cívica» de uma região surgiam associadas a alterações na participação política. A sugestão avançada pelos que propõem a autogestão é a de que a participação numa empresa controlada pelos trabalhadores tem efeitos positivos iguais aos que, regra geral, se associam à pertença a uma organização cívica, inclusive sentimentos cada vez mais fortes de «uma competência própria subjectiva» (Blumberg, 1973; Greenberg, 1986; Mason, 1982; Pateman, 1970; Vanek, 1975).

Resta saber se a relação hipotética resulta, de facto, de estudos empíricos sobre a participação dos trabalhadores. Estará a participação a nível do local de trabalho associada a um aumento da participação política e a sentimentos de eficácia pessoal? E, se assim for, a direcção de causalidade far-se-á no sentido de mudanças estruturais no local de trabalho para mudanças de comportamento a nível individual? Em que medida os resultados da autogestão dependem dos contextos sócio-económicos, políticos e culturais das sociedades em que ocorrem?

Vários investigadores que estudaram as experiências iniciais da reforma agrária em Portugal ficaram convencidos de que a autogestão havia produzido, se não todas, pelo menos algumas das consequências colocadas em hipótese. Nas secções seguintes deste trabalho vou procurar averiguar se a participação nas herdades controladas pelos trabalhadores em Portugal teve, de facto, um impacto a longo prazo nas atitudes e participação política desses cidadãos. Para isso estabalecerei comparações sistemáticas entre a cultura e o comportamento políticos dos habitantes de Portel que trabalharam nas UCP e a cultura e o comportamento políticos daqueles que não tiveram essa experiência.

PRIMEIRAS AVALIAÇÕES DOS EFEITOS DA AUTOGESTÃO EM PORTUGAL

Com base num inquérito por amostragem efectuado em Outubro de 1980 com 108 elementos do sexo masculino representantes de várias classes e fracções de classe agrícolas, Nancy Bermeo (1986, 136-159) concluiu que os trabalhadores das cooperativas evidenciavam atitudes políticas mais radicais, com maior consciência de classe e eram politicamente mais activos do que outros elementos da comunidade agrícola¹⁰. A investigadora observou que os trabalhadores das UCP discutiam política e envolviam-se mais frequentemente na actividade política militante do que os não-membros (139-142). Tinham também um maior sentido da eficácia política do que outros elementos do sector primário (142). Relativamente à hipótese de radicalização, era mais provável os trabalhadores das UCP pensarem em termos de classe e manifestarem maior solidariedade de grupo. Bermeo concluiu também que os membros das UCP eram mais optimistas acerca da possibilidade de uma mudança social radical vir, de facto, a ocorrer do que os representantes de outros estratos sociais rurais (148-159). Embora os resultados a que chegou estivessem em consonância com a maior parte dos elementos das hipóteses participativa, de radicalização e de eficácia enunciadas no início deste trabalho, Bermeo alertou os investigadores para que não retirassem conclusões precipitadas (142).

Antes de mais, continuava por resolver a questão de fundo: os níveis mais elevados de participação política e de consciência de classe dever-se-iam prioritariamente à experiência vivida no local de trabalho, ou teriam os trabalhadores desenvolvido estas características já antes da reforma agrária?

¹⁰ Bermeo é omissa sobre se a sua técnica de amostragem foi aleatória. Com base na coluna de percentagens apresentada na p. 90, calculei que, do total de 108 homens entrevistados por Bermeo e pela sua equipa, 48 eram jornaleiros, 25 agricultores permanentes, 9 seareiros, 6 rendeiros, 18 «pequenos agricultores» e 2 classificados como «outros». Em relação à descrição da amostra de Bermeo e aos seus métodos de questionário, v. notas 6 e 7, nas pp. 88-89.

Por outras palavras, qual seria o sentido da relação de causalidade? Quem sabe se os trabalhadores que se juntaram às UCP e cooperativas não eram já, antes das ocupações, os mais radicalizados e com maior consciência de classe da comunidade agrícola? A própria Bermeo reconhece que «as diferenças na participação são anteriores à instauração da autogestão» (140), mas considera que esta predisposição para a discussão política [bem como para formas mais exigentes de participação] «não interfere na diferença em termos de participação observada» em 1980.

Com base em comparações entre números relativos aos períodos pré e pós-revolucionários, Bermeo defendeu que a «proporção de indivíduos que se tornaram mais activos é muito maior entre os membros de cooperativas do que em qualquer dos outros grupos [...] É óbvio que a pertença à cooperativa e a discussão política estão positivamente associadas» (140-141). No final, porém, tornou-se impossível encontrar a solução para a difícil questão da causalidade, remetida para futuros trabalhos de investigação, que teriam de verificar estas hipóteses: «É difícil avaliar em que medida estas características foram originadas pela experiência de autogestão [...] a confirmação requer mais trabalho de investigação em período posterior» (158).

Apesar de a experiência de autogestão no Alentejo estar já em reversão, devido à devolução de muitas das melhores terras das UCP, Bermeo não estava sozinha nas suas previsões optimistas quanto aos efeitos políticos e culturais da autogestão na região. Também Baptista (1978), Bica (1975), Drain e Domenach (1982) e Vester (1986) defenderam que essa experiência levaria a um aumento de participação política, a reivindicações políticas mais radicais e à defesa continuada da reforma agrária por parte dos trabalhadores que participaram nas novas unidades. Manuela Reis e Gil Nave (1988) utilizaram as avaliações deste autores quanto ao impacto duradouro nos trabalhadores das empresas em autogestão durante o período revolucionário. Apesar do declínio das UCP, ambos se pronunciaram da seguinte maneira:

Fica-nos a sugestão [...] [de] que o processo social da R. A. [reforma agrária] e as transformações que desencadeou nos campos do Sul se não restringem ao que a visibilidade da perspectiva político-económica nos permite alcançar [...] As relações sociais foram profundamente alteradas e, com elas, o campo de consciência dos agentes dessa transformação, estruturante das práticas sociais presentes e futuras, não terá ficado incólume perante tal profundidade de experiências sociais [126].

Todos estes autores consideraram que a experiência da reforma agrária produziu um corte profundamente radical e duradouro com certos aspectos do *status quo* que antecedeu a revolução no Alentejo. Alguns chegaram mesmo ao ponto de preverem, ainda em 1986, que o sector da reforma agrária poderia sobreviver a uma « reacção Thermidor » de cariz contra-revo-

lucionário (Bermeo, 1986; Vester 1986). O debate sobre os mecanismos de defesa da reforma agrária — recorrendo a importantes tradições culturais pré-revolucionárias (Vester) ou aos recursos ideológicos e simbólicos resultantes das transformações pós-revolucionárias (Bermeo) — foi ultrapassado pela realidade. Sabemos hoje, à distância, que as já citadas previsões sobre a capacidade de recuperação do sector colectivo — feitas na década de 80 — não se mantiveram na década seguinte. Na verdade, a experiência de autogestão em Portugal dificilmente conseguiu transpor o limiar dos anos 90. Em 1994 apenas tinham sobrevivido 40 das 550 herdades controladas pelos trabalhadores no Alentejo (*Expresso* de 1 de Agosto de 1994, 8N). No mesmo ano, dos 71 900 indivíduos que tinham encontrado trabalho nas UCP e cooperativas, apenas cerca de 3500 dependiam delas em termos laborais e, mesmo assim, numa base de trabalho a tempo parcial¹¹. Em Portel apenas sobrevivia uma UCP, mas mesmo esta fora há muito forçada a pagar o arrendamento da terra a custos do mercado, funcionando à semelhança de qualquer outra empresa agrícola. A totalidade dos 46 253 ha de terras do concelho anteriormente ocupadas e expropriadas já foi restituída aos proprietários de origem (v. anexo, gráfico n.º 1). O que continua por confirmar, dado ter chegado ao fim a experiência portuguesa de autogestão, é se ela deixou vestígios duradouros na cultura política daqueles que nela participaram.

Se as hipóteses de sociedade participativa, de radicalização e de eficácia políticas estiverem correctas, então a cultura política daqueles que participaram nas unidades colectivas terá sido alterada na sua essência pela experiência autogestionária, como o levantamento de Bermeo de 1980 e outros estudos de caso dessa época sugerem (Barros, 1986; Baptista, 1978; Bermeo, 1986; Drain e Domenach, 1982; Ferreira, 1977; Nave, 1988). De acordo com estes estudos, os membros das UCP tinham um comportamento político e orientações políticas substancialmente diferentes dos dos trabalhadores agrícolas do sector ou de outras classes sociais rurais. Usando dados relativos a Portel recolhidos num inquérito efectuado em 1994, verificarei se os ex-membros das UCP conservaram a sua cultura política revolucionária na década seguinte ao desaparecimento da autogestão. Se detectarmos uma linha de continuidade entre os dados de 1980 e os descritos no nosso inquérito de 1994, então as três hipóteses ficarão reforçadas. Se, por outro lado, os valores gerados a partir do nosso levantamento de 1994 sugerirem descon continuidades significativas na cultura política local, então deverá ser tido em conta o impacto de outros factores, como a cultura política pré-revolucionária, as mudanças sucedidas no contexto macroeconómico e demográfico, bem como percepções diversas a nível local sobre os custos e a oportunidade de determinados tipos de comportamento político.

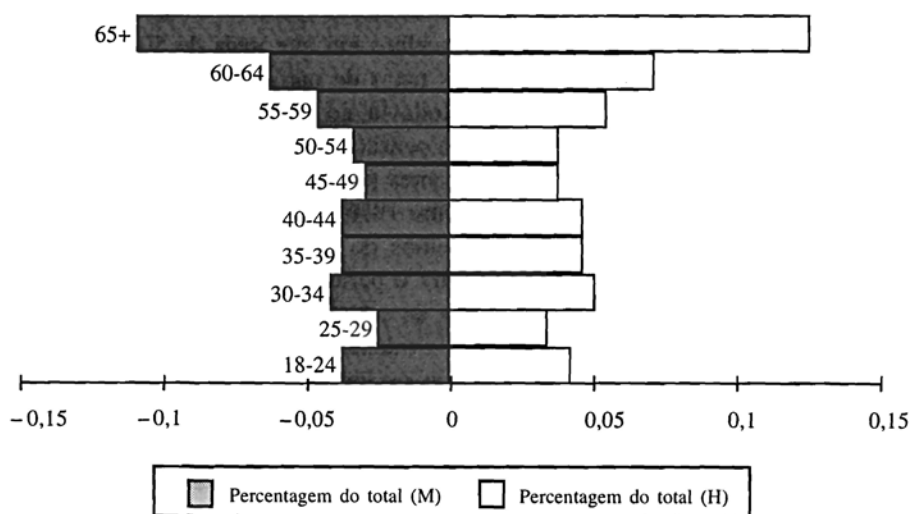
¹¹ Dados não publicados do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP), Évora, Julho de 1994.

DADOS E MÉTODOS

Os dados aqui analisados foram obtidos a partir de uma amostra do eleitorado actual de Portel. O processo de amostragem baseou-se numa selecção aleatória dos eleitores registados e decorreu entre Março e Julho de 1994. A lista de possíveis inquiridos foi elaborada com base nos cadernos eleitorais de cada freguesia. Visando obter uma distribuição aproximadamente normal para cada freguesia, foram entrevistados 30 eleitores, seleccionados em cada uma das oito freguesias do concelho, segundo um método aleatório de selecção. Os 30 inquiridos foram escolhidos de uma lista inicial de 45 eleitores, permitindo obter um conjunto de substitutos nos casos dos muito idosos, dos inválidos ou dos que estivessem impossibilitados por qualquer outra razão de completarem o inquérito. Além de geograficamente estratificada por freguesia, a amostra também foi estratificada segundo o sexo, de modo que o *ratio* entre os inquiridos masculinos e femininos fosse representativo da população adulta em cada freguesia. Do universo de 6548 eleitores inscritos, foram entrevistados 240 indivíduos. A figura n.º 1 mostra a classificação da população por sexo e por idade.

Estrutura etária da amostra por sexo
(*n* = 240)

[FIGURA N.º 1]



Visando assegurar a validade a longo prazo das três hipóteses relacionadas com a participação política, a radicalização e a eficácia, a amostra foi

dividida em dois grandes grupos — com e sem experiência no sector controlado pelos trabalhadores ($N=111$ e 126 , respectivamente). De entre os primeiros, aproximadamente metade (48%) é do sexo masculino. A nossa hipótese nula é a de que a experiência de autogestão e as taxas de participação política, grau de consciência de classe, apoio a um activismo radical e sentido de eficácia política não têm relação entre si. Não encontrando diferenças significativas a nível da participação política, atitudes e eficácia entre os que têm uma experiência de UCP e aqueles que não a têm, não podemos rejeitar aquela que consideramos a hipótese nula. Pressupõe-se que, se encontrarmos diferenças significativas nas taxas de participação e no sentido subjectivo da identidade de classe e da eficácia política destes dois grupos, a plausibilidade das hipóteses participativa, de radicalização e de eficácia ficará reforçada. O quadro n.º 1 apresenta uma lista dos itens que utilizámos na medição das taxas de participação política convencional, propensão para actividades políticas não convencionais, grau de consciência de classe e revolucionária, percepção pelos inquiridos da eficácia política pessoal a nível local e grau de interesse pela política.

RESULTADOS: HIPÓTESE DE PARTICIPAÇÃO

A forma mais popular de participação eleitoral convencional foi a ida às urnas para votar, o que não surpreende. Bermeo já mostrara (1986, 136-137) que entre 1975 e 1979 a autogestão não deveria ser associada a taxas de participação em eleições de âmbito nacional e local — conclusão que é confirmada neste estudo. Nos seis concelhos em que mais de 50% da força laboral trabalhava em cooperativas, as taxas de participação eleitoral excederam ligeiramente a média nacional; todavia, ao contrário do que a hipótese da sociedade participativa nos levaria a pensar, a subida não se registou após a instauração da autogestão, mas sim antes (v. anexo, gráfico n.º 2). A taxa do aumento de participação eleitoral entre 1976 e 1979 (com a autogestão no seu auge) não era maior nestes concelhos do que no resto do país. Mais, quando estes dados são transpostos para o período posterior àquele em que Bermeo realizou a investigação, deixa de ser visível qualquer relação.

A hipótese participativa não pode, evidentemente, ser subestimada com base em dados «macro», uma vez que os indivíduos com experiência no movimento autogestionário não estão desagregados dos outros. Assim, para avaliarmos se existe ou não uma relação entre a experiência de autogestão e a taxa de participação eleitoral temos de olhar para os dados «micro» de Portel. Perguntámos então aos inquiridos se tinham votado nas anteriores eleições para a Assembleia da República, em 1991, tendo 84% da amostra respondido «sim»; no entanto, de acordo com o STAPE, apenas 65% da população residente participou oficialmente nesse acto eleitoral. Sabemos

Resultados da análise de contingência: relação entre experiência numa UCP e indicadores de participação

[QUADRO N.º 1]

Item	Entre homens e mulheres			Só homens			Só mulheres		
	p=	Phi	n	p=	Phi	n	p=	Phi	n
Actos de participação									
Votou em 1991 (legislativas)	n. s.		227	n. s.		106	n. s.		121
Votou em 1993 (autárquicas)	0,0204	0,15	238	0,0599	0,18	111	n. s.		127
Segue as notícias políticas	n. s.		236	n. s.		109	n. s.		127
Fala da política (nacional)	n. s.		237	n. s.		111	n. s.		126
Fala da política (local)	n. s.		238	n. s.		111	n. s.		127
Dedicou tempo a um partido/candidato	n. s.		236	n. s.		111	n. s.		125
Frequentou comícios	n. s.		237	n. s.		111	n. s.		126
Ajudou a distribuir propaganda	n. s.		236	n. s.		111	n. s.		125
Tentou convencer alguém	n. s.		237	n. s.		111	n. s.		126
É membro de um partido	n. s.		237	n. s.		110	n. s.		127
Foi eleito ao nível local	n. s.		237	n. s.		110	n. s.		127
Frequenta reuniões da assembleia municipal/freguesia	n. s.		237	n. s.		111	n. s.		126
Costumava ir às reuniões da assembleia municipal/freguesia	0,0193	0,15	237	n. s.		111	n. s.		126
É membro de um sindicato	n. s.		238	n. s.		111	n. s.		127
Era membro de um sindicato	0,0001	0,53	238	0,0001	0,45	111	0,0001	0,60	127
Propensão para a acção radical									
A legitimidade de . . . greves	n. s.		237	n. s.		111	n. s.		126
Manifestações	n. s.		233	n. s.		110	n. s.		123
Ocupação de fábricas/edifícios	0,0018	0,21	230	0,0221	0,22	108	0,0314	0,19	122
Ocupação de herdades	0,0001	0,27	236	0,0050	0,33	111	0,0159	0,22	125
Cortar estradas	n. s.		230	n. s.		109	n. s.		125
Fazer estragos materiais	n. s.		236	n. s.		111	n. s.		125
Escrever propaganda nas paredes	n. s.		236	n. s.		111	n. s.		124
Abstenção como forma de protesto	n. s.		237	n. s.		111	n. s.		126
Consciência revolucionária e de classe									
Nível de apoio para mudanças revolucionária na sociedade	0,0316	0,17	233	n. s.	n. s.	109	0,0499		
«Acha que pertence a uma classe social?»	n. s.		228	0,0505	0,19	109	n. s.		
«Acabar com as diferenças de classe na sociedade seria bom?»	n. s.		224	n. s.	n. s.	104	n. s.		
«[...] e acha que seria possível hoje?»	n. s.		222	n. s.	n. s.	106	n. s.		
Percepção de eficácia/alienação política									
«Os políticos não se preocupam com pessoas como eu»	n. s.		226	n. s.	n. s.	107	n. s.		119
«A política é tão complicada que [...] não se percebe»	n. s.		237	n. s.	n. s.	110	n. s.		127
«Os políticos seguem sempre os seus interesses pessoais»	n. s.		231	n. s.	n. s.	110	n. s.		120
la fazer alguma coisa se houvesse... injusta (nível local)?	n. s.		236	n. s.	n. s.	110	n. s.		126
Se sim, «acha que o seu esforço valia a pena?»	n. s.		126	n. s.	n. s.	72	n. s.		54
	p=	Phi	n	p=	Phi	n	p=	Phi	n
Interessa-se pela política (geral)	n. s.		237	n. s.	n. s.	111	n. s.		126
Interessa-se pela política (local)	n. s.		237	n. s.	n. s.	111	n. s.		126

Notas.— *n* varia devido a «não-resposta». A nossa amostra conta com 111 ex-membros das UCP e 126 não-membros. Cr. V significa V de Cramer. Cr. V e Phi são indicadores da intensidade da associação; n. s. significa «não significado». Células em *tipo grosso* eram significantes ao nível $p < 0,05$. «Não sei» e «não responde» foram codificados aqui como «não responde».

também que em 1991, em Portugal, se registou uma «taxa de abstenção técnica» de cerca de 13%. Ou seja, devido a erros nos cadernos de recenseamento acumulados ao longo dos anos, a verdadeira percentagem de votantes era cerca de 13% superior aos resultados divulgados pelo STAPE (Bacalhau, 1995, 167-168). Seja como for, a relação entre a experiência anterior em unidades cooperativas de produção e a participação relatada pelos próprios inquiridos não foi considerada significativa (v. quadro n.º 1). 88% dos antigos membros das UCP disseram terem votado, enquanto quase o mesmo número (89%) de não-membros também respondeu afirmativamente. As alterações estatísticas também não foram significativas quando agrupámos os inquiridos por sexo.

Perguntámos ainda aos inquiridos se haviam votado nas anteriores eleições autárquicas, que tinham acabado de realizar-se, em Dezembro de 1993. Neste caso, encontrámos uma relação significativa ($p < 0,05$; $\Phi = 0,17$), mas, surpreendentemente, a direcção da relação foi negativa. Ou seja, chegámos à conclusão de que a probabilidade de participação nas autárquicas era menor entre os que tinham experiência de autogestão do que entre os que não a tinham (v. quadro n.º 2).

Participação nas eleições autárquicas de 1993 de acordo com a experiência em UCP
(em percentagem)

[QUADRO N.º 2]

	Ex-membros (N=111)	Não-membros (N=127)
Votaram	86	94
Abstiveram-se	14	6

Nota.— Dois dos indivíduos não responderam à pergunta sobre a pertença ou não a uma UCP.

Quando agrupados por sexo, a relação quase não era significativa ($p = 0,0599$; $\Phi = 0,18$). A probabilidade de terem votado nas últimas autárquicas era maior entre os homens sem experiência cooperativa ($N = 58$) do que entre os que tinham passado por empresas em autogestão ($N = 53$). Entre as mulheres, a relação não se revelou significativa.

Estes resultados não sustentam a hipótese da participação; de facto, no que se refere às eleições autárquicas de 1993, contrariam mesmo os resultados a que chegou Bermeo em 1980. Uma explicação para a maior percentagem de afluência às urnas¹² entre os que não foram membros das UCP

¹² Note-se que a afluência dos não-membros foi de 89% nas legislativas de 1991 e de 94% nas autárquicas de 1993; entre os antigos membros de cooperativas, os valores foram praticamente idênticos: 88% e 86%.

poderá estar no contexto político em que essas eleições se realizaram. Talvez porque os que não foram membros das UCP tendessem, na esmagadora maioria, a votar no principal partido da oposição em Portel (Partido Socialista) e porque a coligação comunista (CDU) controlava a câmara municipal desde as primeiras eleições livres, em 1976, a oposição estivesse mais bem posicionada para convencer o seu eleitorado da importância da afluência às urnas. Afinal, nas autárquicas anteriores, em 1989, o PS tinha-se aproximado perigosamente, com 46,4% dos votos, contra 50,4% da CDU.

Seja como for, são necessários mais dados longitudinais para, na análise final, poder afirmar-se algo definitivo acerca da relação entre a autogestão e a participação nos actos eleitorais. Podemos concluir ainda, a título provisório, que, no que se refere aos dois actos eleitorais aqui estudados, a experiência de autogestão ou não esteve associada, ou (no caso das autárquicas) esteve-o de forma negativa, à participação dos eleitores. A hipótese da participação não tem base de sustentação.

Outra forma importante de participação política, apesar de relativamente mais fácil e sem grandes exigências, é a procura de informação política através da imprensa e da restante comunicação social. De acordo com o que nos foi possível apurar, os antigos membros de cooperativas e os não-membros revelaram apetência praticamente igual por notícias políticas sobre as campanhas nos *media*. E nenhum dos grupos via mais televisão, ouvia mais rádio ou lia mais jornais para se manter informado do que o outro. Assim, a autogestão é um fraco indicador da procura de informação política.

A política será um tema de conversa mais frequente entre os antigos membros das UCP do que entre os não-membros? Considera-se que a discussão sobre assuntos políticos, sejam estes de âmbito nacional ou local, é outro dos indicadores do nível de participação política (Booth, 1976). Se a hipótese de sociedade participativa estiver correcta, deveremos chegar à conclusão de que aqueles que têm experiência cooperativa discutem sobre política com mais frequência do que os outros. A fim de medir os níveis de discussão política, perguntámos primeiro aos inquiridos se falavam de política com outras pessoas e, depois, se falavam de questões de âmbito local. Apurámos que a probabilidade de discussão de assuntos políticos, nacionais ou locais, não era maior entre os que tinham uma experiência colectivista do que entre aqueles que a não tinham (v. quadro n.º 1).

Dar-se-á o caso de aqueles que passaram pelo sector autogestionário se empenharem de uma forma mais explicitamente militante na actividade política do que os outros? Pedimos então aos inquiridos que respondessem à seguinte pergunta: «Nos últimos dez anos realizaram-se em Portugal várias campanhas políticas (para a Presidência da República, para o parlamento e, mais recentemente, para as autárquicas). Gostaria de saber a frequência do seu envolvimento nas seguintes actividades [...]?» Como pode ver-se no

quadro n.º 1, a participação nas UCP é um fraco indicador para todos os itens. Em termos da população total da amostra, só 8% declararam ser membros de um partido político, enquanto 25% responderam terem participado em comícios ou dedicado parte do seu tempo a apoiar um partido ou um candidato. Se é verdade, por um lado, que este último valor é maior na comunidade deste estudo do que no resto de Portugal (ou da Europa), a percentagem de participação dos nossos inquiridos em actividades partidárias inseria-se nos padrões portugueses (Bacalhau, 1995, 90). Contudo, a probabilidade de filiação num partido político não é maior entre antigos trabalhadores das UCP do que entre aqueles que nunca trabalharam nestas unidades colectivas, como não é significativamente maior o tempo dedicado às actividades partidárias.

Outra das nossas perguntas destinava-se a avaliar as atitudes (e não as acções) militantes perante os partidos políticos: «Quando alguém diz mal do partido político em que votou nas últimas eleições, qual é a sua reacção: (1) sinto-me ofendido, como se estivessem a dizer mal de mim; (2) não fico ofendido, mas desagrada-me; (3) deixa-me indiferente, não me ofende?» Os resultados revelam que a maioria dos inquiridos (51%) ficam indiferentes. Contudo, os antigos membros de cooperativas parecem, de facto, animados de uma atitude militante mais forte; 12% dos que tinham experiência cooperativa responderam que se sentiriam tão «ofendidos» como se estivessem «a dizer mal» de si próprios, contra apenas 3% dos não-membros das UCP. Quando a análise incidiu simultaneamente sobre homens e mulheres, esta proporção ganhou importância no nível $< 0,05$ ($V = 0,16$ de Cramer), tendo-a, no entanto, perdido quando se consideraram apenas os homens ($p = 0,3449$), ou apenas as mulheres. Formas mais rigorosas de participação política demonstraram terem uma relação igualmente insignificante com a experiência de autogestão. Por exemplo, enquanto 12% da nossa amostra global disseram já terem sido ou serem membros eleitos de um órgão autárquico (câmara municipal, assembleia municipal ou junta de freguesia), a probabilidade de ter ocupado um cargo político a nível do poder local é idêntica para os não-membros e antigos membros de UCP¹³. Assim, à semelhança do que se passou nas formas menos activas de participação política, também nas actividades ou atitudes políticas militantes a autogestão não revelou ser um bom elemento de prognóstico das diferenças.

Se comparados com os obtidos por Bermeo em 1980, estes resultados apontam para uma quebra significativa nas taxas de participação política entre os antigos membros das UCP. Em 1980, a investigadora relatava que 30% dos trabalhadores de cooperativas da sua amostra estavam filiados num partido político e que 52,5% tinham participado em manifestações de carác-

¹³ 13% dos que foram membros de cooperativas ocuparam cargos públicos. Entre os não-membros, a percentagem foi idêntica.

ter político (Bermeo, 1986, 141). Em contrapartida, em 1994 só 9% da nossa amostra de ex-membros do sector cooperativo disseram estar filiados num partido político e apenas 31% afirmaram ter participado numa manifestação política ou num comício «nos últimos anos». A sindicalização, que era generalizada entre os trabalhadores do sector colectivo à data da investigação de Bermeo, está basicamente extinta na região. Dos antigos trabalhadores de cooperativas, só 11% disseram estar sindicalizados — um valor que não é significativamente maior do que os 10% para a totalidade da amostra¹⁴. Com base nestes resultados, não podemos pôr de parte a hipótese nula para H1. Não parece, pois, haver qualquer prova que aponte para uma relação entre a autogestão e o aumento da participação política a longo prazo.

RESULTADOS: RADICALIZAÇÃO E LUTA DE CLASSES

De acordo com a hipótese da radicalização, a autogestão deverá contribuir para níveis mais elevados de activismo político radical, de consciência de classe e de consciência revolucionária, os quais, no nosso levantamento, foram medidos a partir das respostas às perguntas que se seguem. Em relação à «consciência revolucionária», pedimos aos inquiridos que escolhessem uma opinião que correspondesse o mais possível à sua: «Agora vou ler quatro opiniões acerca da nossa sociedade. Diga-me com qual delas está mais acordo: (1) parece-me bem tal como está; (2) podia ser melhorada com a ajuda de algumas reformas; (3) necessita de uma transformação profunda; (4) tem de ser radicalmente alterada através da acção revolucionária.» Em relação à «consciência de classe», pedimos um simples «sim ou não» como resposta à pergunta «considera que pertence a uma classe social?». Outras réplicas das perguntas do questionário de Bermeo nesta secção incluíam as que se referiam à viabilidade e desejabilidade de eliminar as diferenças de classe e se os inquiridos pensavam ter alguma vez existido a possibilidade de eliminar as diferenças de classe no país após o 25 de Abril (Bermeo, 1986, 226-227).

Certos analistas rejeitaram as actividades de protesto como forma de participação política (Verba, Nie e Kim, 1971, 1978). Modelos posteriores incorporaram, contudo, o protesto como modo de participação integral (Gurr, 1971; Hibbs e Douglas, 1973; Taylor e Jodice, 1983). Este estudo opta por incluir o protesto enquanto importante forma de actividade política, embora não seja medido como um «acto», mas, ao invés, como uma «propensão para agir».

¹⁴ 85% dos que trabalharam numa herdade em autogestão disseram que tinham pertencido a um sindicato. Apenas 32% dos que permaneceram fora da experiência autogestionária foram alguma vez membros de um sindicato (v. quadro n.º 1).

Noutros estudos foi perguntado aos inquiridos se tinham tido outro tipo de participação política e se a teriam ou poderiam vir a ter no futuro (Barnes, Kaase *et al.*, 1979). No nosso, em vez disso, foram-lhes perguntadas quais as suas atitudes/opiniões relativamente à *legitimidade* de várias formas de protesto (extra-institucionais) enunciadas. Foi posta como hipótese tratar-se aqui de um indicador importante do grau de legitimação de formas de participação política mais radicais, o que, por seu turno, é tido como um indicador importante da probabilidade de o indivíduo se envolver no protesto ou não. A razão por que não fizemos perguntas mais incisivas, do tipo «já alguma vez...?», em relação à participação em actividades de protesto específicas foi simples — a memória do período de maior radicalização da reforma agrária no Alentejo e as reacções a ele ainda são, para muitos dos nossos inquiridos, explosivas. Dado o papel distanciado do investigador, a delicadeza do assunto em causa e um conjunto de abordagens prévias em que os inquiridos se mostraram pouco à vontade a responder a perguntas sobre a sua actividade política mais radical no passado, decidimos formular a maioria das perguntas relativas ao protesto como tratando-se de cenários hipotéticos. Depois de algumas experiências prévias, chegámos à conclusão de que este método funcionava relativamente bem.

Ponde de parte a metodologia, a questão mantém-se: é ou não verdade que os que têm uma experiência de UCP têm uma maior disposição psicológica para aderirem a actividades de protesto? Será que ainda dão mostras dos níveis mais elevados de consciência de classe e revolucionária (comparativamente com outros grupos sociais da comunidade) que Bermeo e outros académicos observaram no início dos anos 80? Se a hipótese de radicalização estiver correcta, iremos encontrar entre os antigos membros das UCP uma maior legitimação das actividades de protesto, dando mostras de níveis mais elevados de consciência de classe e manifestando também uma maior insatisfação em relação à sociedade actual.

Para aferir da propensão para o activismo de cariz mais radical foi feita a seguinte pergunta: «Por vezes, as pessoas, como forma de protesto ou de darem a conhecer a sua opinião sobre qualquer problema, realizam acções que vou referir-lhe. Gostaria de saber se aprova totalmente, aprova em parte, desaprova em parte, ou desaprova totalmente cada uma delas [...]» Os trabalhadores oriundos das UCP manifestaram níveis mais elevados de legitimação de algumas das formas de protesto enunciadas, comparativamente com os outros. A actividade de protesto que reuniu apoios mais fortes entre os antigos membros das UCP foi — o que talvez não surpreenda — a ocupação de herdades ($p \leq 0,001$; $V = 0,29$ de Cramer). É óbvio que a reforma agrária ainda não morreu nos espíritos destes homens e mulheres, que, no mínimo, anseiam pelo dia em que as herdades poderão ser de novo ocupadas. Estes valores estão bem sustentados em observações de campo

e notas. A ocupação de firmas industriais por falta de pagamento dos salários (algo relativamente frequente em Portugal enquanto durou o meu trabalho de campo) também reuniu maior apoio entre os antigos trabalhadores das UCP do que entre os outros ($p < 0,01$; $V = 0,22$ de Cramer). Contudo, quando se teve em conta o sexo do inquirido, a relação passou a ser menos significativa ($p = 0,0818$; $V = 0,25$ de Cramer) — por exemplo, entre os homens ($N = 108$), 58% dos antigos membros de cooperativas apoiaram a ocupação de empresas onde os salários não estavam a ser pagos, enquanto apenas 36% dos que não tinham essa experiência apoiavam este tipo de acção política não convencional. Entre as mulheres, a diferença era, respectivamente, de 59% para 39%, mas a relação deixava de ser significativa do ponto de vista estatístico ($p = 0,1865$; $V = 0,20$ de Cramer; $N = 122$). Quanto à legitimação de outras formas de protesto — o nível de apoio a greves, manifestações, bloqueio de estradas, vandalização de propriedades e abstenção como forma de protesto —, não se revelaram diferenças significativas entre os dois grupos de inquiridos.

É interessante observar, contudo, que as greves e manifestações registaram um nível de apoio relativamente elevado no âmbito da amostra no seu todo (62% e 63%, respectivamente). Quando comparados com outros estudos sobre a população portuguesa tomada no seu todo, estes itens ilustram bem como o Alentejo ainda conserva vestígios de uma subcultura política mais radical e interventiva. Por exemplo, num levantamento amostral de 1993 respeitante à totalidade da população portuguesa só 14% dos 27,6% dos inquiridos que disseram sentir «poder intervir na resolução de problemas nacionais, regionais ou locais que lhes dissessem respeito» mencionaram a «contestação» ou a «participação em manifestações ou associações» como um método de intervenção (Bacalhau, 1995, 92). Em contrapartida, a única actividade de protesto rejeitada quase globalmente pela nossa amostra foi a que envolvia danificação de propriedade. O bloqueio de estradas recolheu o apoio de 25% da amostra e a abstenção como forma de protesto 18%. Apesar destes alertas, só quanto à ocupação de terras e de empresas é que os antigos trabalhadores das UCP evidenciaram níveis mais elevados de apoio do que os não-membros. Contudo, ao entrar-se em linha de conta com o sexo, apenas a taxa de aprovação de ocupações de herdades mostrou uma relação significativa com a pertença a uma UCP no nível $p < 0,05$.

Os resultados para o nível de consciência de classe e de insatisfação com a sociedade em geral não confirmaram a hipótese de radicalização. Quando tomado o sexo em linha de conta, a experiência passada como membro de uma UCP tem, de facto, uma relação com o grau de consciência de classe, *mas no sentido oposto ao que é colocado como hipótese*. A consciência de classe era maior entre os homens *sem experiência de UCP* do que entre os que a possuíam ($p < 0,05$; $\Phi = 0,19$).

**Pertença a uma UCP segundo a consciência
de classe entre os homens
(em percentagem)**

Pergunta: *Pertence a uma classe social?*

[QUADRO N.º 3]

	Ex-membros (N = 52)	Não-membros (N = 57)
Sim	52	70
Não	48	30

Acresce que, embora haja na globalidade uma relação positiva entre a experiência de autogestão ($p < 0,05$; $V = 0,19$ de Cramer) e a consciência revolucionária (grau de insatisfação com a sociedade), esta última torna-se um elemento irrelevante de previsão do grau de insatisfação com a sociedade quando se discriminam os sexos (entre os homens: $p = 0,126$; $V = 0,23$; entre as mulheres: $p = 0,1049$; $V = 0,22$ de Cramer). Este facto não deixa de ser um tanto surpreendente, tendo em conta que os valores de Bermeo datam de há apenas quinze anos. No seu estudo Bermeo relata ter chegado à conclusão de que os membros das cooperativas tinham uma percepção bastante mais sofisticada das diferenças existentes na sociedade rural do que outros grupos sociais que havia entrevistado (1986, 149-150). E concluía que entre membros de cooperativas, trabalhadores agrícolas por conta própria e agricultores eram os primeiros que tinham maior probabilidade de pensarem em termos de classe e de divisões de classes. Em 1980 era este o grupo que tinha a maior percentagem daqueles que apontavam os latifundiários como os principais responsáveis pela pobreza existente no Alentejo antes da revolução. Foi também entre os membros de cooperativas que se encontrou um maior optimismo quanto à viabilidade de eliminar as diferenças de classe — em 1980, 80% ainda consideravam isso possível (150-151).

A fim de testar as mudanças de atitude dos residentes ao longo do tempo, o nosso questionário repetiu muitos destes itens. Não encontrámos diferenças significativas entre antigos membros das UCP e não-membros no que se refere a explicações para a pobreza existente antes da revolução nem em atitudes quanto à viabilidade de pôr fim às diferenças de classe. Enquanto, em 1980, 80% dos membros de cooperativas diziam acreditar na possibilidade de eliminar as diferenças entre classes, em 1994 apenas 20% dos ex-membros de cooperativas que constituíam a nossa amostra responderam afirmativamente à mesma pergunta. Quando perguntámos aos inquiridos se achavam «ter alguma vez existido, desde o 25 de Abril de 1974, a possibilidade de pôr fim às diferenças de classe», os antigos membros das UCP

revelaram-se tão pessimistas como os não-membros: apenas 24% responderam «sim». Estes valores pareciam apontar para uma profunda resignação entre os antigos membros de cooperativas em face das realidades políticas do Portugal pós-revolucionário. Parte da explicação para esta mudança assenta no facto de a reforma agrária ser entendida por aqueles que nela participaram como a última grande oportunidade para alterar radicalmente as relações de classe. Existe, portanto, uma certa consciência de que a propriedade da terra e o emprego na agricultura são aspectos menos relevantes hoje em dia do que há quinze ou vinte anos.

Com a adesão ao liberalismo económico, nos finais da década de 70, e a adesão ao mercado comum, em 1993, o trabalho agrícola, seja ele qual for, vai-se tornando cada vez menos comum. Entre 1970 e 1991, a população agrícola portuguesa decresce de 35% (12 anos e mais) para 11% (INE, 1970, 1991). O sector primário do Alentejo, por seu lado, também decresce para 23% em 1991. Em 1970, o sector agrícola do distrito de Évora representava 50% da população empregada (INE, 1970). Em Portel, estas viragens a nível sectorial foram atenuadas até ao princípio dos anos 80, em boa parte devido à capacidade das UCP para continuarem a fornecer emprego na agricultura. Em 1981, 66% da população activa de Portel continuava ligada à agricultura (INE, 1981). Todavia, com o fim da reforma agrária e a menor necessidade de trabalho nas herdades (relacionado com as políticas de comércio cada vez mais liberais, entre outros factores), em 1991 o emprego na agricultura tinha baixado para 41% em Portel [embora continue a ser o número mais elevado no Alentejo (INE, 1991)].

Com a redução das oportunidades de emprego agrícola na região ao longo da década de 80, os trabalhadores foram migrando para outros sectores. Na maior parte dos casos, os novos empregos localizavam-se no litoral (Barreto, 1995). Prosseguindo um processo que se iniciou em força nos anos 60, continuou o êxodo da população do interior rural, em particular do Alentejo, para as regiões urbanas e suburbanas de Lisboa e do Porto. A densidade populacional de Portel baixou de 19 habitantes por km² em 1960 para 13 por km² em 1991 (INE, vários anos). Como termo de comparação, nota-se que a densidade populacional de Portugal é de 107 habitantes por km². Além deste êxodo para as regiões do litoral, verificou-se, em todo o Alentejo, uma forte emigração sazonal para a França, a Suíça e a Alemanha (Peixoto, 1993).

Dado o grande número dos que não conseguem ou não querem deslocar-se para fora da região em busca de emprego estável, a taxa de desemprego no Alentejo tornou-se a mais elevada do país — oficialmente, em média, 10,8% em 1991. A escolha de Portel justifica-se por se tratar de um «caso extremo», registando a taxa oficial de desemprego mais elevada — 24,8%

em 1991. Entre as mulheres, o valor era de 45%¹⁵. Dada a falta de oportunidade de emprego, os emigrantes eram, na maioria, jovens. Em 1960, a percentagem da população residente em Portel com idade superior ou igual a 65 anos era de 8,3%, enquanto a percentagem dos que tinham 14 anos ou menos era de 25,6%. Em 1991, a situação havia-se invertido. Para os mesmos estratos etários, as percentagens de residentes em Portel eram, respectivamente, de 20,3% e 17,6% (INE, vários anos). Perante este quadro, a afirmação do ministro do Planeamento português Valente de Oliveira, ao referir-se aos Alentejanos como uma «espécie em vias de extinção», só podia surpreender por ter sido proferida em público (*Público* de 7 de Março de 1994).

RESULTADOS: EFICÁCIA POLÍTICA

Num contexto tão desfavorável para a autogestão e o emprego na agricultura, não pode estranhar-se o facto de não termos encontrado antigos membros de cooperativas que revelassem níveis mais altos de «competência própria subjectiva» do que os dos não-membros. Para avaliarmos o nível de eficácia política elaborámos dois grupos distintos de perguntas. No primeiro perguntámos aos inquiridos o seguinte: «Gostaria de saber se concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte, ou discorda totalmente, de cada uma das seguintes opiniões: (1) os políticos não se preocupam muito com o que pensam pessoas como eu; (2) a política é tão complicada que as pessoas como eu não podem perceber o que se passa; (3) quem quer que esteja no poder sempre satisfaz os seus interesses pessoais.» O segundo conjunto de perguntas incidiu sobre os sentimentos de eficácia política pessoal a nível local. Assim, perguntámos: «Acha que faria alguma coisa se as autoridades locais estivessem a considerar um projecto ou assunto com que não está de acordo? Se sim, acha que as suas intervenções junto das autoridades locais podem ser bem sucedidas?» Estas perguntas foram as mesmas utilizadas no *Four-Nation Survey of Southern European Political Culture* de 1985 (Morlino e Montero, 1995). Há quem considere a escassez de sentimentos de eficácia prejudicial quer para a saúde do sistema democrático, quer, em certo sentido, para a dos cidadãos que integram esse sistema (DeLuca, 1995; Finifter, 1970). Uma vez que a Câmara Municipal de Portel tinha sido controlada pelo PCP e pelas suas várias coligações eleitorais desde 1976, sendo bem conhecidas as ligações institucionais entre o PCP e a

¹⁵ É importante recordar que os números «oficiais» do desemprego coligidos pelo INE são frequentemente criticados por não considerarem as situações de subemprego nem as dos que se encontram demasiado desalentados para se preocuparem com o seu direito a um subsídio.

experiência de autogestão, poder-se-ia partir do princípio de que os ex-membros das UCP teriam um sentido mais forte de eficácia política a nível local do que os não-membros — com base no pressuposto de que estariam a falar com um político que, provavelmente, simpatizaria com a sua causa.

De facto, e em conformidade com as nossas conclusões até agora, os antigos membros das UCP *não* revelaram sentimentos de eficácia política significativamente mais fortes, nem tão-pouco as suas atitudes a este respeito se mostraram idênticas às dos que não tiveram essa experiência. Esta conclusão nega a plausibilidade da hipótese de eficácia política.

Porventura mais perturbador é — do ponto de vista daqueles que se preocupam com a situação actual da democracia portuguesa e com a vitalidade de uma administração descentralizada — o facto de toda a amostra revelar aquilo que parece ser um fraco conceito de «competência própria subjectiva» e um grau bastante elevado de «alienação política». 71% dos indivíduos que constituíam a amostra concordaram com o comentário de que «os políticos importam-se pouco» com o que pessoas como eles possam pensar e só uma percentagem ligeiramente inferior (67%) esteve de acordo em que «a política é tão complicada» que as pessoas como eles «não são capazes de perceber o que se passa». 62% concordaram com a afirmação de que «seja quem for que estiver no poder tem sempre em conta os seus próprios interesses». Além disso, enquanto perto de 50% dos inquiridos (115) disseram que fariam alguma coisa se tivessem conhecimento de que a câmara ou a junta de freguesia estavam a ponderar a elaboração de um regulamento «injusto», só 74 dessas 115 pessoas (menos de um terço da amostra total) responderam afirmativamente quanto à validade dos esforços. Em termos de interesse geral pela política, quase 77% da nossa amostra disse ter «pouco ou nenhum»; 75% dos que tinham experiência nas UCP responderam de forma idêntica. Se compararmos estas conclusões com os resultados obtidos através de uma amostra nacional de 1993, em que apenas 35,6% dos inquiridos ($N = 2000$) disseram que *não* «estavam a par dos assuntos públicos e governamentais» (Bacalhau, 1995, 86), torna-se evidente o paradoxo que constitui a cultura política alentejana¹⁶.

No seu todo, estas conclusões mostram que as hipóteses da autogestão não se coadunam com o comportamento político e as atitudes daqueles que participaram no sector colectivo de Portel. A hipótese nula não pode ser rejeitada.

¹⁶ Por razões de espaço, não me é aqui possível apresentar todos os aspectos deste paradoxo. Mas é nítida a desconexão entre o desinteresse dos nossos inquiridos pela «política» e os seus relativamente altos níveis de participação em associações secundárias e formas «não convencionais» de participação política (1997, 1998).

CONCLUSÃO E HIPÓTESES ALTERNATIVAS

Tomando como termo de comparação os resultados a que chegaram Bermeo e vários outros estudiosos da reforma agrária em Portugal (Barros, 1986; Drain e Domenach, 1978; Ferreira, 1997; Laffon, 1984; Nave, 1988; Reis e Nave, 1988; Vester, 1986), os resultados do nosso inquérito indicam que a cultura política dos trabalhadores agrícolas que participaram nas UCP não é distinta do restante da população. Não foi só o sector colectivo que virtualmente deixou de existir, em sentido físico, mas também o activismo de cariz radical e o elevado grau de participação e de eficácia política que inicialmente o caracterizou. Como poderemos explicar as mudanças ocorridas nos últimos vinte, vinte e cinco anos a nível de comportamento político, atitudes e expectativas? Quais são as lições a retirar da experiência portuguesa de autogestão?

Há toda uma variedade de hipóteses que poderão explicar as mudanças ocorridas no Alentejo a nível de cultura política. Uma hipótese é a de que a cultura política muda muito mais devagar do que o regime. Assim, aqueles que esperavam que a instituição da autogestão transformasse radicalmente o comportamento político e as expectativas dos cidadãos em menos de uma geração terão sido demasiado optimistas. A expectativa de continuidade é uma das características mais importantes da literatura sobre cultura política. Por exemplo, num artigo em que analisava os efeitos das mudanças revolucionárias de regime na cultura política, Harry Eckstein lança a questão:

Que é feito das perspectivas de transformação revolucionária a longo prazo? A expectativa que sugiro é a de que os efeitos a longo prazo das tentativas de transformação revolucionária se afastam consideravelmente dos propósitos revolucionários, assemelhando-se mais às condições sociais que antecederam a revolução. A expectativa não é a de que ocorra uma transformação de pouca monta a nível do «conteúdo» [...] O que se postula não é uma inevitável reacção «Thermidor». O argumento é um tanto menos categórico: os valores e temas culturais reconstruídos afastar-se-ão muito da visão revolucionária, e esse afastamento tenderá a fazer-se no sentido dos valores dominantes da sociedade e do regime anteriores. [Eckstein, 1988, 800.]

Os resultados a que nos permitiu chegar o nosso inquérito de Portel estão em consonância com a posição de Eckstein.

Além disso, os resultados a que chegámos são corroborados por vários outros estudos de caso da política e cultura pós-revolucionárias no Portugal rural (Opello, 1981; Ramos, 1992; Reed, 1989, 1985). Por exemplo, o estudo de caso de um concelho rural português no distrito de Leiria realizado por

tido um impacto relativamente reduzido a nível das estruturas de poder local e da cultura política. Em sua opinião, a cultura política em Porto de Mós é bastante idêntica à que existia antes de 1974. Opello descreve a cultura política local através de conceitos introduzidos por Almond; caracteriza-a como sendo essencialmente uma cultura política «súbdita» e não «participativa» (Opello, 1981).

O estudo antropológico de Robert Roy Reed da política a nível local na vila de Belmonte chegou a conclusões semelhantes:

A queixa mais comum em Belmonte é a de que o mundo não está a funcionar tão bem como a população local pensava que iria funcionar depois do 25 de Abril. Por exemplo, os líderes revolucionários prometeram, e muitos acreditaram, que a nova ordem política asseguraria um lugar ao cidadão médio. A princípio, pareceu que seria assim; donas de casa, pequenos agricultores e comerciantes foram eleitos para cargos importantes do poder local. A muitas destas pessoas falta, contudo, a disposição ou a aptidão para de facto governar. É frequente os aldeões verem o seu novo governo democrático ser gerido pela mesma elite social e económica, embora não pelos mesmos indivíduos. [Reed, 1989, 11.]

Também no Alentejo, numa freguesia não muito distante de Portel, Francisco Ramos revisitou a «Vila Velha» de José Cutileiro (1971). A suas conclusões sobre o comportamento político pós-revolucionário nesta freguesia foram semelhantes às de Opello e de Reed — apesar de postular um grau mais elevado de transformação sistémica ao nível das estruturas de poder local do que Opello:

Sinto-me inclinado a dizer que as mudanças políticas a nível do comportamento quotidiano foram presuntivas. De facto, os mecanismos que suportam a estrutura ideológica das comunidades continuam inalteráveis. Na realidade, a ideologia da dependência é a mesma: o que é novo é o sistema, são os processos políticos e alguns novos actores e principalmente os líderes. Sob a cobertura democrática cresce, subtil, mas eficiente e corrosivo, uma espécie de «caciquismo». Não me surpreendo se em outras áreas do Alentejo e de Portugal a mesma situação ocorrer, independentemente dos partidos políticos envolvidos. [Ramos, 1992, 182.]

Em resumo, embora o grau de mudança das estruturas políticas locais em Portugal dependa de variações regionais (Graham, 1991), parece, contudo, existirem cada vez mais provas que sugerem que a revolução apenas introduziu transformações menores na cultura e no comportamento político da não-elite do Portugal rural. Em virtude dos quase cinquenta anos de ditadura de

um regime autoritário que antecederam a revolução de 1974, de acordo com a teoria de Eckstein, era de esperar que esta tendência pós-revolucionária no sentido da desmobilização política (mesmo no Alentejo) se fizesse sentir.

É claro que outras hipóteses poderão complementar uma leitura cultural dos acontecimentos recentes no Alentejo. Podemos assinalar, por exemplo, que a recente integração do Alentejo numa área económica mais vasta, nacional, europeia e internacional, não contribuiu para aumentar a sua importância como região produtiva do ponto de vista quer industrial, quer agrícola. As estatísticas oficiais revelam que os rendimentos e salários *per capita* no Alentejo (entre 1980 e 1990) ficaram muito aquém dos valores registados noutras zonas do país (em particular, as zonas urbanas industrializadas), bem como do rendimento médio *per capita* na Comunidade Europeia. Em 1980, o PIB *per capita* no Alentejo era, em termos percentuais, relativamente à média dos 12 países da Europa comunitária (usando PPP), de 49%; em 1991, esse valor tinha baixado para 36% (Eurostat, 1993). Estas disparidades de poder de compra encorajaram ainda mais a emigração, que, por seu lado, contribuiu para uma profunda alteração das características demográficas na região (distribuição por idades, nível de instrução, etc.) da população residente. A quebra drástica registada na população da região e do concelho ao longo dos últimos trinta anos está representada no quadro n.º 4. Estas quebras ocorreram no mesmo período em que o total da população nacional subia de 7,9 para 9,4 milhões.

**Alterações da população residente no Alentejo
e no concelho de Portel, 1950-1991**

[QUADRO N.º 4]

	1950	1960	1970	1981	1991
Alentejo	780 980	760 916	587 345	578 430	543 442
Portel	12 016	11 627	9 210	8 306	7 523

Fonte: INE, *Recenseamentos da População*, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991.

À luz destes desenvolvimentos sociais e económicos, poderemos assumir como hipótese que as recentes mudanças de carácter económico e as posteriores alterações demográficas contribuíram para o decréscimo de participação política na região, afastando os membros mais novos, mais produtivos e menos conformistas da sociedade alentejana. Assim, a emigração terá contribuído para um decréscimo da participação política e dos sentimentos de eficácia a nível da região. Esta conclusão é comprovada por uma comparação entre os dados de Bermeo, que remontam a 1980, e os nossos, de 1994.

As explicações de carácter macroeconómico poder-se-ia juntar uma hipótese de escolha racional («aprendizagem política») (Sigel, 1992). Deste pon-

to de vista, o actual desinteresse dos ex-membros das UCP pela política corresponde a uma reacção racional, baseada na repressão de que foram alvo por parte do Estado quando tentaram defender a reforma agrária. De acordo com o modelo de Samuel Popkins, em *Rational Peasant* (1979), dir-se-á que os proletários rurais portugueses enveredaram pela acção política radical — ocupação dos latifúndios abandonados — por motivos inteiramente racionais. Admitiram que o Estado, enfraquecido pela crise, não tomaria medidas contra eles. Como Fernando Oliveira Baptista fez recentemente notar (1998, 13), «os trabalhadores ocuparam quando sentiram que o Estado estava fraco e a situação política lhes era favorável». Depois disso, à medida que a política do Estado se foi tornando progressivamente contra-revolucionária e quando este deu provas de querer proceder às entregas, recorrendo, para isso, à violência, a acção política em defesa das UCP foi perdendo vigor. Muitos comentadores consideram que os trabalhadores agrícolas defenderam o seu projecto de classe até à altura em que os custos se tornaram insuportáveis¹⁷.

Perspectiva idêntica é a de Greenberg *et al.* (1996, 310), que nos recordam que «o carácter positivo ou negativo dos efeitos da autogestão depende do êxito ou inêxito dessa experiência de participação». Este estudo corrobora a sua sugestão de que «ajudar a gerir uma empresa em decadência pode constituir uma experiência desmoralizadora, com efeitos a nível político». A lenta asfixia política e económica das cooperativas, em conjugação com a perspectiva de Eckstein — em que os modelos de cultura política pré-revolucionários são, a longo prazo, extremamente resistentes às mudanças, — poderá explicar as alterações de atitude e comportamento políticos que o nosso estudo revelou.

Em resumo, se é verdade que os dados por nós recolhidos precisam de ser confirmados noutras comunidades das zonas rurais do Alentejo, não deixam, no entanto, de sugerir que as hipóteses de sociedade participativa, de radicalização e de eficácia não são totalmente sustentadas pelo caso português. Do mesmo modo, estes dados indicam que o impacto da autogestão na cultura política é mais complexo do que o deixaram fazer crer alguns cientistas políticos. Os resultados a que chegámos sustentam as conclusões de Espinosa e Zimbalist (1978), Greenberg (1986), Jenkins (1974), McClintock (1981) e Stephens (1980), cujos estudos se centram no papel fundamental dos factores contextuais no destino das diferentes experiências de autogestão. Num estudo mais recente, Greenberg *et al.* (1996, 305) sugerem que a hipótese do «*spillover* político» (a que nos referimos como a «hipótese de sociedade participativa») terá de ser reequacionada, tomando em consideração: «(1) os eventuais efeitos diferenciais na participação política de formas directas e

¹⁷ Embora ainda ninguém tenha recorrido a um modelo das teorias da decisão racional de nível individual para explicar as ocupações de terras em Portugal, Barreto (1987), Bermeo (1986), Pires e Zanon (1991) e Frota (1994, 8N) discutem a importância relativa das motivações individuais em contraponto com as colectivas durante a reforma agrária. Reis e Nave (1988) oferecem uma interessante recensão crítica desta literatura.

representativas da participação a nível decisório no local de trabalho; (2) a possibilidade de que os sentimentos de eficácia em controle psicossocial são determinantes na relação entre a participação na gestão da empresa e a participação política e (3) a possibilidade de a participação na gestão de uma empresa com problemas económicas diminuir a participação política». O mais recente trabalho de investigação de Greenberg oferece matéria particularmente fértil que permitiria reorientar a nossa pesquisa de modo a captar as dimensões mais específicas da participação na gestão da empresa. Partindo da hipótese de uma relação indirecta entre a participação na gestão da empresa e a participação política, seria relevante estudar os factores que a determinam.

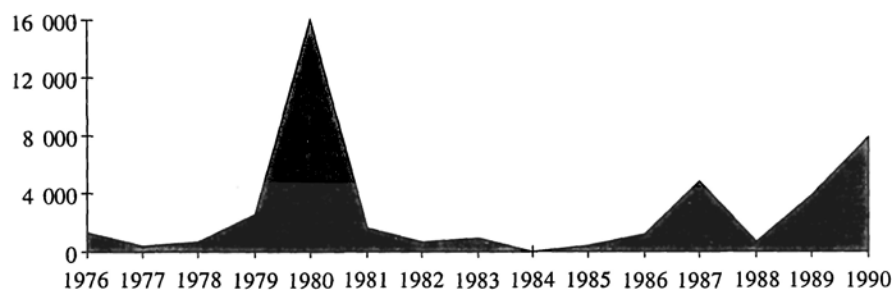
Não deixa de ser irónico que, embora os nossos dados descrevam uma cultura radicalmente diferente da que é apresentada no livro de Nancy Bermeo, o seu argumento central, acerca da necessidade de analisar as experiências de autogestão sem sair do terreno dos seus contextos local e nacional, seja confirmado por este estudo. Do mesmo modo, a sua tese central — «de que as nossas generalizações acerca dos desafios e mudanças revolucionários devem emergir de análises holísticas, em que as relações dialécticas entre um e outro nível de mudança estrutural possam ser apreciadas» (1986, 215) — é tão verdade hoje, ao analisarem-se as razões por que o movimento falhou, como o era quando ela e outros explicaram a emergência da reforma agrária em Portugal e os seus primeiros êxitos.

Olhando para casos passados de erupção espontânea de autogestão em períodos de transição revolucionária, torna-se claro que o debate acerca das razões políticas e económicas da sua extinção é praticamente inesgotável. Portugal, neste aspecto, não é excepção. A fraqueza do Estado pós-revolucionário (ineficácia burocrática), a política partidária que dividia a esquerda portuguesa, as pressões internacionais que se opuseram ao «poder popular», a ausência das competências necessárias nas empresas em regime de autogestão, bem como o isolamento, em termos regionais, da zona da reforma agrária, foram, na sua totalidade, identificados como factores da «revolução impossível» portuguesa (Bermeo, 1986, 163-203; Mailer, 1977; Nataf, 1995, 47-53). Muito menos se escreveu, contudo, sobre os efeitos culturais a longo prazo dessas experiências depois de terem sido interrompidas. Este estudo mostrou que a autogestão não teve propriamente um impacto a longo prazo na cultura política dos que nela participaram. O que se deveu, tal como nos casos da Rússia (1917), da Alemanha (1918), da Argélia (1962), do Chile (1970-1973) e do Irão (1979-1882), ao facto de a experiência em Portugal ter sido alvo do ataque quase imediato do Estado pós-revolucionário, acabando por ter uma existência relativamente breve num contexto que lhe era favorável. Os futuros estudiosos do fenómeno deverão estar atentos aos factores contextuais. Tendo em conta o que encontrámos no caso português, as tradições herdadas, as transformações sócio-económicas mais vastas e os níveis de repressão estatal são factores que influenciam as mudanças de cultura política.

ANEXOS

Entregas das terras das dez UCP do concelho de Portel (anual e em hectares)

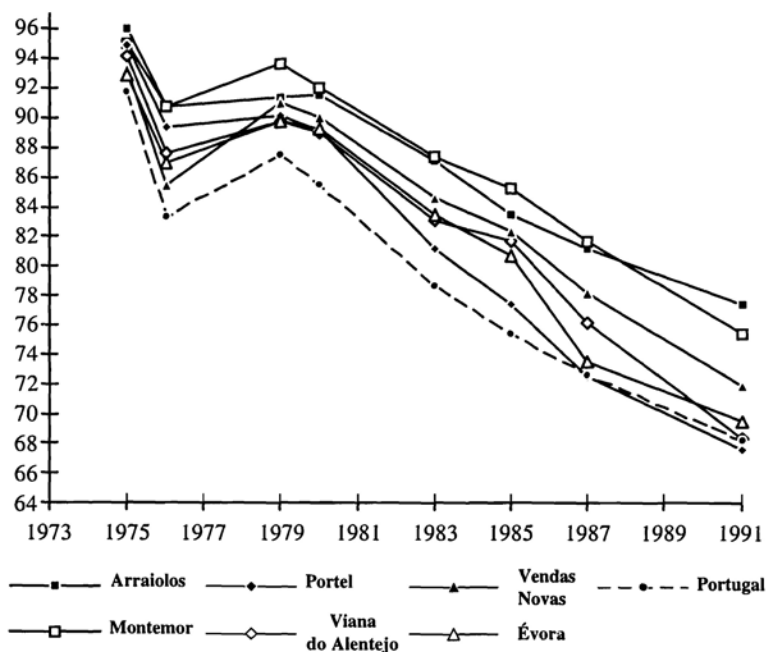
[GRÁFICO N.º 1]



Fonte: Dados não publicados do Ministério da Agricultura, Évora.

Participação eleitoral nos concelhos mais afectadas pela reforma agrária (eleições legislativas)

[GRÁFICO N.º 2]



Fonte: STAPE, Eleições legislativas para a Assembleia Nacional, vários anos (Lisboa, STAPE).

BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, G. A., e S. Verba (1963), *The Civic Culture*, Princeton, Princeton University Press.
- ALMOND, G. A., e S. Verba (orgs.) (1980), *The Civic Culture Revisited*, Boston, Little, Brown.
- BACALHAU, M. (1995), *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- BAPTISTA, F. O. (1978), *Portugal 1975 — Os Campos*, Lisboa, Afrontamento.
- BAPTISTA, F. O. (1998), «Entrevista», in *História*, n.º 6 (Setembro), 10-15.
- BARNES, S. H., e M. Kaase et al. (orgs.) (1979), *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*, Beverly Hills, CA, Sage.
- BARRETO, A. (1987), *Anatomia de Uma Revolução*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- BARRETO, A., et al. (1995), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BARROS, A. de (orgs.) (1980), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, seminário realizado de 12 a 14 de Dezembro de 1979, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARROS, A. de (1981), *A Reforma Agrária em Portugal: das Ocupações de Terras à Formação das Novas Unidades de Produção*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARROS, A. de (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o Caso de Uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BAUM, M. (1997), *Local-Level Politics in Rural Portugal: Tradition and Change in the Post-Revolutionary Political Culture of the Alentejo*, dissertação de doutoramento, Universidade do Connecticut (trad. portuguesa no prelo pela colecção *Análise Social*, ICS-UL).
- BAUM, M. (1998), «Modernization and cultural homogenization: political culture(s) and regionalization in Portugal», comunicação apresentada no Iberian Studies Group, Universidade de Harvard, Minda de Gunzberg Center for European Studies.
- BAUMGARTNER, T., R. R. Burns e D. Sekulic (1979), «Work, politics, and social structuring under capitalism», in T. R. Burns, L. E. Karlsson e V. Rus, *Work and Power: The Liberation of Work and the Control of Political Power*, Londres, Sage.
- BAYAT, A. (1991), *Work, Politics and Power*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- BERMEO, N. (1986), *The Revolution within the Revolution: Workers' Control in Rural Portugal*, Princeton, Princeton University Press.
- BICA, A. (1975), *Agricultura e Reforma Agrária em Portugal, 1974*, Porto, Editorial Inova.
- BLUMBERG, P. (1973), *Industrial Democracy: The Sociology of Participation*, Nova Iorque, Schocken Books.
- BOOTH, J. A. (1976), «A replication: modes of political participation in Costa Rica», in *Western Political Inquiry* (Dezembro), 627-633.
- BRADY, H. E., S. Verba e K. L. Schlozman (1995), «Beyond SES: a resource model of political participation», in *American Political Science Review*, 89 (Junho), 271-294.
- COMISSÃO ORGANIZADORA (1989), *5.ª Conferência da Reforma Agrária*, Évora.
- CUTILEIRO, J. (1971), *A Portuguese Rural Society*, Oxford, Clarendon Press.
- DELUCA, T. (1995), *The Two Faces of Political Apathy*, Filadélfia, Temple University Press.
- DRAIN, M., e B. Domenach (1982), *Occupations de terres et expropriations dans les campagnes portugaises*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique.
- ECKSTEIN, H. (1975), «Case study and theory in political science», in F. I. Greenstein e N. Polsby (orgs.), *Handbook of Political Science*, Londres, Addison-Wesley, 79-137.
- ECKSTEIN, H. (1988), «A culturalist theory of change», in *American Political Science Review*, 82 (n.º 3, Setembro), 789-804.
- ESPINOSA, J., e A. Zimbalist (1978), *Economic Democracy: Workers' Participation in Chilean Industry 1970-73*, Nova Iorque, Academic Press.
- EUROSTAT (1993), «Per capita GDP in the regions of the European Union, 1980-1991», in *EC Annual. Rapid Reports: Regions*, Luxemburgo, Eurostat.
- FERREIRA, V. M. (1977), *Da Reconquista da Terra à Reforma Agrária*, Lisboa, Regra do Jogo.

- FINIFTER, A. (1970), «Dimensions of political alienation», in *American Political Science Review*, 64, 389-410.
- FROTA, J. (1994), «Cooperativas p'ra reforma», in *Expresso* (Janeiro, 8), 8N.
- GIBBENS, J. R. (org.) (1989), *Contemporary Political Culture: Politics in a Postmodern Age*, Sage Modern Politics Series, Londres, Sage.
- GORZ, A. (1964), *A Strategy for Labor*, Boston, Beacon Press.
- GRADY, R. C. (1990), «Workplace democracy and possessive individualism», in *Journal of Politics*, 52, n.º 1 (Fevereiro), 146-166.
- GRAHAM, L. S. (1990), «Center-periphery relations», in K. Maxwell e M. H. Haltzel (orgs.), *Portugal: Ancient Country. Young Democracy*, Washington, D. C., Wilson Center Press, 23-36.
- GRAMSCI, A. (1975), *L'Ordine nuovo 1919-1920*, Turim, Einaudi.
- GREENBERG, E. (1986), *Workplace Democracy: The Political Effects of Participation*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press.
- GREENBERG, E., L. Grunberg e K. Daniel (1996), «Industrial work and political participation: beyond 'simple spillover'», in *Political Research Quarterly*, 49, n.º 2 (Junho), 305-326.
- GURR, T. R. (1971), *Why Men Rebel*, Princeton, Princeton University Press.
- HIBBS, J., e A. Douglas (1973), *Mass Political Violence*, Nova Iorque, John Wiley.
- HORVAT, B., et al. (orgs.) (1975), *Self-Governing Socialism*, White Plains, Nova Iorque, International Arts and Sciences Press.
- HUNTINGTON, S. P. (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth-Century*, Norman, Universidade do Oklahoma.
- I. L. O. (International Labour Office) (1981), *Workers' Participation in Decisions within Undertakings (sic)*, Genebra, ILO.
- INE (1979), *Recenseamento Geral Agrícola, 1979*, Lisboa, INE.
- INE, *Estatísticas Agrícolas, Distrito de Évora, 1960-1974*, Lisboa, INE.
- INE (vários anos), *IX-XIII Recenseamentos da População*, Lisboa, INE.
- JENKINS, David (1974), *Industrial Democracy in Europe: The Challenge and Management Responses*, Genebra, Business International.
- KAYE, Harvey J. (1981), «Antonio Gramsci», in *Politics and Society*, 10.
- LAFFON, V. (1984), *Difficultés et réalisations des travailleurs d'une unité collective de production dans le Bas-Alentejo (commune de Amareleja) 1975-1983*, (mimeo.), Third International Conference on Modern Portugal, Durham, Universidade de New Hampshire.
- MACEDO, M. J. C. (1986), *Geografia da Reforma Agrária*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- MAILER, P. (1977), *Portugal: The Impossible Revolution*, Nova Iorque, Free Life.
- MARSH, A. (1977), *Protest and Political Consciousness*, Beverly Hills e Londres, Sage.
- MASON, R. M. (1982), *Participatory and Workplace Democracy: A Theoretical Development in Critique of Liberalism*, Carbondale, Ill., Southern Illinois University Press.
- MCCLINTOCK, C. (1981), *Peasant Cooperatives and Political Change in Peru*, Princeton, Princeton University Press.
- MILL, J. S. (1963), *Collected Works*, Toronto, University of Toronto Press.
- MORLINO, L., e J. R. Montero (1995), «Legitimacy and democracy in Southern Europe», in R. Gunther, P. N. Diamandouros e H. Puhle (orgs.), *The Politics of Democratic Consolidation: Southern Europe in Comparative Perspective*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 231-60.
- NATAF, D. (1995), *Democratization and Social Settlements: The Politics of Change in Contemporarv Portugal*, Albany, Nova Iorque, Suny.
- NAVE, J. G. [1988 (1990)], «Identidade e mudança social no Alentejo: os assalariados rurais, a empresa colectiva e a comunidade rural», in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século: Actas do 1.º Congresso Português de Sociologia*, vol. 3, Lisboa, Fragmentos, 477-490.

- OPELLO, W. C. (1981), «Local government and political culture in a Portuguese rural county», in *Comparative Politics*, 13, 271-289.
- PANITCH, L. (1978), «The importance of workers' control for revolutionary change», in *Monthly Review*, 29 (Março), 37-48.
- PATEMAN, C. (1970), *Participation and Democratic Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PATEMAN, C. (1980), «The civic culture: a philosophic critique», in G. Almond e S. Verba (orgs.), *The Civic Culture Revisited*, Boston, Little, Brown & Co., 57-102.
- PEIXOTO, J. (1993), «Portugal e as migrações internacionais: as perspectivas de evolução», in *Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Fragmentos.
- PIRES, C. B., e M. M. Zanoni, (1991), *Reforma Agrária e Desenvolvimento Económico e Social*, Porto, Afrontamento.
- POPKIN, Samuel L. (1979), *The Rational Peasant*, Berkeley, University of California Press, 1979.
- PÚBLICO, Lisboa (<http://www.publico.pt>).
- PUTNAM, R. D., com R. Leonardi e R. Y. Nannetti (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton, Princeton University Press.
- RAMOS, F. M. (1992), *Os Proprietários da Sombra: Vila Velha Revisitada*, tese de doutoramento não publicada, Universidade de Évora.
- REED, R. R. (1995), «From utopian hopes to practical politics: a national revolution in a rural village», in *Comparative Studies in Society and History*, 37 (n.º 4), 670-691.
- REED, R. R. (1989), *Managing the Revolution: Revolutionary Promise and Political Reality in Rural Portugal*, tese de doutoramento não publicada, Universidade de Indiana.
- REIS, M., e J. Gil Nave (1988), «A reforma agrária portuguesa: estudos e opiniões», in *Sociologia* (n.º 4), 107-131.
- SCHWARTZ, D. C. (1973), *Political Alienation and Political Behavior*, Chicago, Aldine.
- SIGEL, R. S. (org.) (1989), *Political Learning in Adulthood*, Chicago, Chicago University Press.
- STEPHENS, E. H. (1980), *The Politics of Workers' Participation: The Peruvian Approach in Comparative Perspective*, Nova Iorque, Academic Press.
- STREET, J. (1993), «Review article: political culture — from civic culture to mass culture», in *British Journal of Political Science*, 24, 95-114.
- STOLLE, D., e T. R. Rochon (1996), «Social capital, but how? Associations and the creation of social capital», comunicação apresentada na Conference for Europeanists em Chicago, Março de 1996, e no encontro da Northeast Political Science Association em Boston, Novembro de 1996.
- TAYLOR, C. L., e D. A. Jodice (1983), *World Handbook of Social and Political Indicators*, New Haven, Yale University Press.
- TOCQUEVILLE, A. d. [1990 (1835-1840)], *Democracy in America*, vols. I e II, Nova Iorque, Random House.
- VANEK, J. (1975), *Self-Management: The Economic Liberation of Man*, Baltimore, Penguin Books.
- VERBA, S., N. H. Nie e J. Kim (1971), *The Modes of Democratic Participation: A Cross-National Analysis*, Beverly Hills, CA., Sage Professional Papers in Comparative Politics.
- VERBA, S., N. H. Nie e J. Kim (1978), *Participation and Political Equality*, Cambridge, Cambridge University Press.
- VESTER, M. (1986), «A reforma agrária como processo social», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18-20 (Fevereiro), 481-516.
- WELCH, S. (org.) (1993), *The Concept of Political Culture*, Londres, Basingstoke, Hants & Macmillan.